



CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA
FACULDADE DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO E SAÚDE
GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM

GABRIELA DOS ANJOS DANTAS

**QUALIDADE DE VIDA DE IDOSOS QUE RESIDEM EM INSTITUIÇÕES DE LONGA
PERMANÊNCIA**

Trabalho de conclusão de curso apresentado em forma de artigo como requisito do Curso de Enfermagem do Centro Universitário de Brasília (UNICEUB), sob orientação do prof. Eduardo Cyrino de Oliveira Filho.

Brasília
2020

Dedico este trabalho primeiramente a Deus pela força que me deu para conseguir concluir este curso e também a minha mãe, tia e irmã pelo apoio e incentivo.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por ter me dado força para chegar até o fim deste curso.

Agradeço também a minha família por ter me apoiado, em especial a minha mãe, tia Claudina e irmã, por me incentivar muito a concluir este curso, pelo amor e apoio incondicional.

Agradeço a todos que, direta ou indiretamente, fizeram parte da minha formação.

Agradeço também a meu orientador, Professor Eduardo Cyrino de Oliveira Filho pelo apoio, compreensão e paciência que teve comigo ao longo deste trabalho.

A todos o meu muito obrigado.

*O impossível não é um fato, impossível é uma
opinião.*

Muhammad Ali

Qualidade de vida de idosos que residem em instituições de longa permanência

Gabriela dos Anjos Dantas¹

Eduardo Cyrino Oliveira-Filho²

Resumo

Nos últimos anos houve um aumento significativo da população idosa. Esse envelhecimento ocorre devido a um processo de desenvolvimento normal que envolve múltiplos fatores que devem ser considerados de forma integrada. Quando esta realidade não é amparada pela família, os idosos passam a residir em ILPIs. Presume-se que, por residirem nessas instituições, os idosos apresentem algum tipo de dependência funcional para executar atividades diárias, o que cooperam para redução da qualidade de vida. Entendendo a qualidade de vida como um conjunto complexo de grandezas que depende do entendimento de diferentes ângulos, objetivou-se investigar como a realidade vivida por esses idosos institucionalizados afeta a qualidade de vida deles. Desenvolveu-se uma revisão literária narrativa através das bases Google Scholar, Scielo e Capes. Concluiu-se que os idosos que moram nas ILPIs e que são ativos apresentam maior domínio sobre sua autonomia, o que para eles é um indicativo importante de qualidade de vida.

Palavras-chave: Idosos; Qualidade de Vida; ILPI.

Abstract

In recent years there has been a significant increase in the elderly population. This aging occurs due to a normal development process that involves multiple factors that must be considered in an integrated manner. When this reality is not supported by the family, the elderly start to live in ILPIs. It is assumed that, because they live in these institutions, the elderly have some type of functional dependence to perform daily activities, which cooperate to reduce the quality of life. Understanding the quality of life as a complex set of magnitudes that depends on understanding different angles, the objective was to investigate how the reality experienced by these institutionalized elderly affects their quality of life. A narrative literary review was developed through the Google Scholar, Scielo and Capes databases. It was concluded that the elderly who live in the LTCF and who are active have greater domains about their autonomy, which for them is an important indicator of quality of life.

Keywords: Elderly; Quality of life; ILPI.

¹ Acadêmica de Enfermagem do UniCEUB

² Professor do UniCEUB

1 Introdução

Nos últimos anos o nosso país teve um aumento significativo da população idosa. Segundo dados do IBGE, o Brasil vem mantendo a tendência do crescimento populacional de idosos, e em 2017 chegou a 30,2 milhões de idosos. Comparando essa pesquisa ao levantamento feito em 2012, houve um crescimento em torno de 4,8 milhões de idosos no Brasil e a estimativa é que em haja uma elevação desse número nos próximos anos, já que existe um crescimento exponencial da expectativa de vida do brasileiro (IBGE, 2018).

Na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), realizada em 2009 pelo IBGE, as mulheres correspondiam a maioria da população idosa, com um percentual correspondente a 55,8%. Além disso, mostrou-se que 64,1% desses idosos ocupavam posição de referência nas residências, revelando a necessidade de um número maior de políticas públicas que propiciassem um envelhecimento saudável dessa população (BRANDÃO; ZAT, 2015).

Em outro levantamento realizado pela Organização das Nações Unidas (ONU), a conclusão foi que, no mundo, o número de indivíduos com mais de 60 anos de idade será três vezes maior do que o número atual até 2050, representando cerca de um quinto da população mundial projetada. Diante desses dados, apresenta-se a necessidade de garantir melhor qualidade de vida para esses homens e mulheres (DIAS; CARVALHO; ARAÚJO, 2013).

Sabe-se que o envelhecimento ocorre devido a uma série de alterações do corpo humano que acontecem ao longo do tempo, um processo de desenvolvimento normal, que envolve múltiplos fatores endógenos e exógenos os quais devem ser considerados de forma integrada. Ainda existe o fato de que a velhice se apresenta de maneiras diferentes em cada indivíduo, isso porque o envelhecimento depende de alterações naturais, genéticas, além da forma de vida de cada um (BRANDÃO; ZAT, 2015).

Outro ponto a ser observado é quanto a capacidade funcional (CF), que é a habilidade do indivíduo de realizar atividades básicas, ou seja, a autonomia em cuidar de si mesmo. À medida que começam a apresentar problemas funcionais, surgem limitações mentais, cognitivas e principalmente físicas, muitos idosos passam a precisar de cuidados especiais. Quando esta realidade não é amparada pela família por quaisquer motivos, os idosos dependentes passam a residir em Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPIs) (BARBOSA et al., 2014).

As ILPIs, de acordo com a Resolução da Diretoria Colegiada (RDC) nº 283, são “instituições governamentais ou não governamentais, de caráter residencial, destinada a domicílio coletivo de pessoas com idade igual ou superior a 60 anos, com ou sem suporte familiar, em condição de liberdade e dignidade e cidadania” (ANVISA, 2005, p. 03).

Presume-se que, por residirem em ILPIs e longe do seio familiar, os idosos apresentem algum tipo de dependência funcional para execução das suas atividades diárias, como vestir-se, alimentar, tomar banho sozinho, por exemplo, e essas complexidades cooperam para uma redução da qualidade de vida (QV) dessas pessoas (KHOURY; SÁ-NEVES, 2014).

Dados apresentados pelo censo de 2010, realizado pelo IBGE, indicavam que dos 18 milhões de pessoas com mais de 60 anos, quase 9% da população total do Brasil na época, mais de 100 mil residiam em ILPIs, percentual que tem aumentado, fazendo com que seja necessário um acompanhamento para verificação da QV desses velhinhos que residem nessas entidades (DIAS; CARVALHO; ARAÚJO, 2013, SILVA; COMIN; SANTOS, 2013). Sendo assim, é importante conhecer esse processo, sua interferência na capacidade funcional e, principalmente, o que é necessário para propiciar uma melhora na qualidade de vida (QV) desses idosos.

Existem algumas pesquisas que revelam que os indivíduos que vivem nas ILPIs têm uma visão debilitada sobre a forma de entendimento da qualidade de vida, isso considerando a condição cultural e valores em que vivem, observando objetivos, expectativas, padrões e preocupações considerando várias condições como “isolamento social, redução da rede de apoio, baixa escolarização e diminuição das oportunidades de atividades mentais, físicas e de lazer” (GUTIERRES-FILHO et al., 2014, p. 142).

Na busca pela verificação dessas informações, preservação da saúde e bem-estar do indivíduo na velhice e entendendo a QV como um conjunto complexo de grandezas que depende do entendimento de diferentes ângulos, objetivou-se, através deste trabalho, investigar como a realidade vivida pelos idosos nas ILPIs afeta a qualidade de vida deles.

2 METODOLOGIA

Pretendeu-se neste trabalho, desenvolver uma revisão de literatura de caráter narrativo, escolhendo trabalhos que serviram de base e que contivessem informações necessárias para a realização do projeto. Para encontrar esses artigos, foram efetuadas buscas em algumas bases de dados a partir de palavras chaves pré-estabelecidas.

Para a realização das buscas foram utilizadas as bases Google Scholar, Scielo e Capes, pois, com essas três bases, teve-se uma abrangência suficiente para amparar uma pesquisa e deixá-la bem fundamentada a partir das publicações existentes. Na operação das pesquisas utilizou-se expressões como idosos, qualidade de vida e ILPI, que foram utilizadas individualmente ou em conjunto.

A partir dessa busca, intencionou-se conseguir retorno suficiente de artigos e relatórios sobre o assunto, a fim de definir quais seriam utilizados para referência deste

trabalho. Ficou estabelecido que seriam aproveitados os trabalhos que se adequassem melhor ao tema proposto e que tivessem sido publicados nos últimos 20 anos.

Após a definição dos trabalhos que seriam utilizados para o desenvolvimento do projeto, efetuou-se uma comparação entre os resultados obtidos pelos autores apresentados, a fim de chegar a um retorno sobre a qualidade de vida dos idosos que vivem nas ILPIs.

3 DESENVOLVIMENTO

3.1 O aumento do número de idosos no Brasil

O crescimento do número de idosos no mundo tem evidenciado a grande alteração da sociedade moderna. Segundo levantamento realizado pela ONU, atualmente são 865 milhões de idosos no mundo, o que corresponde a 12,3% da população. Estima-se que até 2050 serão 2,4 bilhões de idosos, chegando a um total de 26,2% da população mundial projetada. No Brasil, há cerca de 21 milhões de pessoas com mais de 60 anos, o que corresponde a 11,3% da população nacional (SILVA; COMIN; SANTOS, 2013).

Esse aumento cada vez mais rápido na quantidade de idosos tem causado transformações demográficas, sociais e econômicas. Segundo Carvalho e Garcia (2003, p. 726) “o envelhecimento populacional é definido como a mudança na estrutura etária da população, o que produz um aumento do peso relativo das pessoas acima de determinada idade, considerada como definidora do início da velhice”.

A transição etária está em diferentes estágios ao redor do mundo, o que resulta no principal fenômeno demográfico dos últimos anos, o envelhecimento populacional. O avanço no número absoluto da população brasileira nos últimos dez anos aconteceu justamente devido ao crescimento da população idosa, uma vez que houve aumento da expectativa de vida das pessoas (CAMARANO; MELLO, 2010).

Em meio a esses dados populacionais, destaca-se que aproximadamente 4,5 milhões de idosos apresentam dificuldades para as atividades da vida diária, um acréscimo de 1,3 milhão ao contingente observado em 2008. Essa ocorrência tem conduzido a reorganização do sistema de saúde, pois essa população exige cuidados que são um desafio em função das doenças crônicas, e também pelo fato de que, nos últimos anos de vida, os idosos apresentam algumas limitações (NASRI, 2008).

O envelhecimento populacional é reconhecido como uma conquista social importante, todavia, ele acarreta em grandes dificuldades para as políticas públicas. Uma das mais significantes é a de garantir que o processo de desenvolvimento econômico e social aconteça continuamente, baseado nos princípios de que é necessário assegurar um

nível econômico mínimo para a manutenção da dignidade humana, além da equivalência entre os grupos etários na divisão dos recursos, direitos e responsabilidades sociais (CAMARANO; PASINATO, 2004).

Cruz, Caetano e Leite (2010) afirmam que as alterações de perfil etário e de morbimortalidade populacional estão diretamente ligadas a transição demográfica e epidemiológica, que podem ser consideradas como uma causa, resultado ou como aditamento um do outro.

Em resposta ao envelhecimento populacional e a necessidade de se discutir ações integradas de promoção à saúde destes cidadãos foi realizada, em 1982 na cidade de Viena, a primeira Assembleia Mundial sobre Envelhecimento, promovida pela ONU, que resultou no desenvolvimento de algumas políticas públicas de saúde para idosos (ARAUJO et al., 2010).

Em continuidade a esta atenção dispensada, em 1º de outubro de 2003 no Brasil, foi sancionada a Lei nº 10.741, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso, que apresenta como temas fundamentais a assistência, o amparo e a proteção a esses indivíduos, salientando também os deveres do governo, das instituições, das famílias e do cidadão em relação a atenção e apoio ao idoso (LEHN et al., 2012).

A sanção do Estatuto do Idoso representou um passo importante da legislação brasileira. Ele apresenta artigos que versam sobre diversas áreas, desde os direitos fundamentais até as necessidades de proteção dos idosos, buscando fortalecer as orientações já estabelecidas pela Política Nacional do Idoso (PNI) (CRUZ; CAETANO; LEITE 2010).

Em suma, as políticas de integração social procuram percorrer diversas matérias, analisando a melhor forma de construir um entorno benéfico para os mais velhos, onde eles consigam aprimorar seus talentos e possam contribuir com o desenvolvimento da sociedade. No que diz respeito aos cuidados de longa permanência, esses princípios reiteram que devem ser dispensados àqueles idosos que apresentam alguma insuficiência física, mental e/ou econômica (CAMARANO; PASINATO, 2004).

Sabe-se que o envelhecimento é um processo dinâmico, progressivo e irreversível, relacionado a fatores físicos, psicológicos e sociais que podem provocar condições patológicas e/ou terminais associadas às perdas funcionais típicas das limitações desses indivíduos. Essas condições trazem consigo alterações que podem afetar diretamente a saúde dos idosos, comprometendo sua capacidade física e mental, impossibilitando o desempenho de algumas atividades (COELHO; ABREU, 2018).

Essas transformações externam a necessidade do auxílio e cuidados que devem ser dispensados por familiares ou por organizações alheias à família, e que resultam em circunstâncias que geram alguns transtornos para todos os envolvidos, seja governo, família

ou comunidade, demonstrando o nível de importância e da representatividade desse grupo de indivíduos em nossa sociedade (LACERDA et al., 2017).

Todavia, existem algumas situações em que os idosos não obtêm amparo familiar quando necessitam desse auxílio para realizar atividades cotidianas. Quando isso acontece, uma das opções para solução deste impasse é a integração em uma ILPI (SILVA; COMIN; SANTOS, 2013).

3.2 A Institucionalização do Idoso

O processo de envelhecimento populacional está acontecendo em um ritmo acelerado, fazendo com que apareçam risco de mobilidades e incapacidades. Diante dessa situação, o número de idosos ou suas famílias que procuram por amparo nas ILPIs tem aumentado consideravelmente (DEL-DUKA et al., 2012).

As ILPIs são estabelecimentos que oferecem o atendimento integral a pessoas com 60 anos ou mais e que, atualmente, estão com aproximadamente 100% de leitos ocupados, e ainda existe previsão de que nos próximos 10 anos aconteça um crescimento de até 500% na quantidade de idosos que tem a necessidade dos cuidados oferecidos por esses estabelecimentos (LINI; PORTELLA; DORING, 2016).

Internar um idoso em uma ILPI é uma escolha realizada mediante diversas circunstâncias, dentre elas a necessidade contínua de acompanhamento, reabilitação, carência de cuidadores, doenças terminais e, principalmente, pelo alto grau de dependência. Esses fatos é o que movem os familiares a antepor a internação, em razão da “disponibilidade da assistência domiciliar provida pelo tripé família-Estado-sociedade” (CHAIMOWICZ; GRECO, 1999, p. 455).

Assim, é possível afirmar que a institucionalização acontece em decorrência da vulnerabilidade de vários elementos como abandono da família, isolamento e exclusão social, motivos esses que colaboram para sentimentos, pensamentos, atitudes negativas e mesmo a rejeição, que comprometem o estado emocional e a qualidade de vida das pessoas idosas (CORDEIRO et al., 2015).

Para Perlini et al. (2007) além dos fatores supracitados, pode-se afirmar que essa internação também se deve a questões como o número reduzido de integrantes da família, ausência de condições físicas, financeiras e psicológicas para prestar o cuidado em domicílio e o desejo do próprio idoso em não perturbar seus familiares. Relacionamento conturbados com membros da família, viuvez e a quantidade de comorbidades também foram pontuados como fatores a serem considerados.

Outros fatores que podem levar a essa inclusão ocorrem quando a família não dispõe de estrutura emocional, espaço físico, cuidadores, ou que não conta com a ajuda do

Estado e organizações comunitárias para cuidar do familiar idoso no domicílio, ou ainda por uma decisão mútua entre o idoso e seus familiares (BORN, 2008).

Diante da necessidade da qualificação das ILPIs para o amparo ao idoso, foi aprovada a Resolução da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (RDC/ ANVISA) nº 283, que outorga o regulamento técnico que define as diretrizes de funcionamento para as ILPIs no Brasil. Esta resolução define as ILPIs como “instituições governamentais ou não governamentais, de caráter residencial, destinada a domicílio coletivo de pessoas com idade igual ou superior a 60 anos, com ou sem suporte familiar, em condição de liberdade e dignidade e cidadania” (ANVISA, 2005, p. 03).

Atualmente cerca de 1,3 milhão de idosos moram em ILPIs, entretanto, as organizações brasileiras ainda oferecem estruturas incompletas para o cuidado dessa população, o que afeta negativamente a saúde e a qualidade de vida do idosos. Quando se fala em QV não está sendo tratado apenas as condições básicas de existência, mas também alguns pontos peculiares como amor, liberdade, solidariedade, inserção social e felicidade (ARAUJO et al., 2010).

É importante salientar que esses lares são mais que um lugar onde são deixados os idosos. As ILPIs são instituições que devem proporcionar cuidados especiais a essas pessoas prestando serviço de assistência médico-social, sócio sanitária, além de ser um lugar onde esses velhinhos possam viver com dignidade, tendo vida social, emocional e, principalmente, tendo as necessidades diárias amparadas. Ante o exposto, pode-se considerar que estes estabelecimentos são entidades híbridas, com serviços de caráter social e de saúde (WATANADE; GIOVANNI, 2009).

Diante do aumento no número de idosos institucionalizados, da importância deles para a sociedade e, principalmente, da importância dos serviços prestados por essas instituições, entendeu-se necessário verificar a qualidade de vida que são oferecidos a esses idosos nas ILPIs. É uma grande peleja conseguir envelhecer mantendo uma qualidade de vida satisfatória, com boas práticas, alimentação adequada e uma boa assistência de saúde. Todavia, ele reitera que é viável conseguir, através dessas coisas, reverter as alterações naturais da idade e, assim, conseguir obter saúde, boa forma e qualidade de vida (CARNEIRO, 2009)

Ante o exposto, nota-se a necessidade e a importância de promover uma qualidade de vida satisfatória aos idosos que estão institucionalizados.

3.3 Qualidade de Vida nas Instituições de Longa Permanência

À medida que a idade avança a necessidade de alguns cuidados aumentam, as dependências funcionais ficam maiores, e, somados a outros fatores já relacionados,

acarretam na procura de uma ILPI para poder prestar atenção ao idoso. Essa institucionalização pode influenciar a saúde mental e física dos mais velhos de diversas maneiras. Diante dessas condições é necessário agir de forma preventiva, visando a QV dessas pessoas (BARBOSA et al., 2014).

Existem diversos estudos que comprovam a importância de um ambiente na qualidade do processo de envelhecimento, sendo necessário considerar todos os aspectos desses locais. O lugar deve ser estimulante, de forma que proporcione várias experiências e que concedam à pessoa idosa uma vida ativa sob todos os pontos de vista, objetivando que o processo de envelhecimento seja mais demorado e buscando sempre melhor qualidade de vida, que é um entendimento pessoal sobre alguns aspectos físicos e psicológicos em relação ao ambiente em que vivem (ALMEIDA, 2008).

Existem também outros aspectos que influenciam diretamente na QV dos idosos, principalmente os institucionalizados. Dentre esses pontos está a diminuição da capacidade visual, auditiva, cognitiva e física, que pode vir a comprometer a autonomia e independência, reduzindo a sua QV. Essa perda de autonomia foi o principal fator causador de insatisfação exposto pelos idosos, o que aponta o valor que a capacidade de autocuidado e do bom desempenho na realização das atividades de vida diária tem para essas pessoas (NUNES et al., 2010).

A QV é um tema discutido por diversas áreas, todavia, recentemente tem sido muito trabalhada na área da saúde, uma vez que passou a influenciar políticas públicas. O autor ressalta ainda que não existe necessariamente um consenso sobre a definição do que é QV, todavia explica que se baseiam em “parâmetros que se referem a percepção subjetiva dos aspectos importantes da vida de uma pessoa, os quais podem ou não coincidirem com indicadores de padrão de vida” (CARNEIRO, 2009, p. 43).

Além do estudo de Carneiro (2009), existem outros que mostram que os aspectos gerais da vida é o que influenciam diretamente na QV das pessoas, presumindo que essa questão é uma síntese dos elementos que o ser humano considera como padrão de conforto e bem-estar. No geral, quando se trata de idosos, essa qualidade de vida pode ser entendida como o fato de se sentirem melhores, de conseguir cumprir funções básicas de forma satisfatória e de viver de maneira independente. Além disso, normalmente são consideradas a ausência de enfermidades e a sanidade física e mental são de suma importância para que estes indivíduos considerem ter uma boa QV (ROLIM, 2005).

As entidades que atendem aos idosos se comprometem em realizar esse serviço normalmente de forma saudável. Para isso, se organizam em função das necessidades dessas pessoas, como alimentação, higiene, abrigo, cuidados médicos e entretenimentos. Com base nas publicações analisadas, observou-se a dificuldade de realizar este trabalho e a grande importância sobre a análise da QV nos idosos institucionalizados, uma vez que, a

partir dos pontos encontrados, é possível promover novos modelos de assistência que proporcionem aos velhinhos um aumento na qualidade de vida atualmente ofertada por essas entidades (NUNES et al., 2010).

Durante o desenvolvimento da pesquisa feita por Gutierrez-Filho et al. (2014) foi realizado um questionário a partir de perguntas feitas pela Organização Mundial da Saúde (OMS) especificamente aplicado a idosos, chamado WHOQOL-*Old.*, composto por um conjunto de 24 questões direcionadas especialmente para avaliar a qualidade de vida da população idosa. O levantamento apurou que o convívio das pessoas nos ILPIs favorece as relações e o apoio dos moradores e cuidadores que formam uma nova rede social de apoio, apesar das ausências parentais. Demonstrou-se principalmente que os idosos residentes nas instituições de longa permanência que exercem algum tipo de atividade têm um maior domínio sobre sua autonomia e intimidade.

Além disso, esses senhores declararam ter menos medo de morrer, já que consideram ter uma boa qualidade de vida, independentemente de outras variáveis como enfermidades, por exemplo. O projeto apresentou uma estatística sobre as pessoas que residem nas ILPIs pesquisadas, demonstrando que a maioria são mulheres que estão na faixa etária entre 80 e 89 anos, com ensino fundamental, que possuem entre 0 e 2 filhos e que apresentam algum tipo de deficiência visual (GUTIERRES-FILHO et al., 2014).

Licania Carneiro realizou um estudo nas ILPIs de João Pessoa - Paraíba, no ano de 2009, onde apresentou-se uma preocupação de cunho administrativo que nas ILPIs estudadas a fim de que os idosos possam estar bem acolhidos. Dentre esses pontos destacou-se a limpeza, a qualidade dos produtos utilizados e arrecadação de fundos. Corroborando com o apresentado por Gutierrez-Filho et al., o maior percentual de idosos institucionalizados foi de mulheres. Segundo o resultado apresentado, o equilíbrio emocional pode auxiliar bastante na QV de vida do indivíduo e, quanto ao aspecto físico, verificou-se que nas ILPIs pesquisadas, a maioria dos idosos praticam algum tipo de atividade física com profissionais de fisioterapia, o que acarreta no aumento da qualidade de vida e produz benefícios para os idosos.

Coelho e Abreu (2018) apresentaram o resultado de uma pesquisa que desenvolveram a partir entrevistas feitas com idosos residentes em uma ILPI localizada em uma capital nordestina, onde demonstraram a importância do bom atendimento dessas instituições. Normalmente os idosos manifestam algum tipo de limitação física, cognitiva ou sensorial que causa dependência direta dos colaboradores da entidade. Todavia, os entrevistados relataram que, além das rotinas rígidas de refeições e higiene pessoal, também existem horários dispensados à confecção de artefatos, escrita de palavras-cruzadas, leitura de livros (especialmente religiosos) e jornais e prática de assistir à

televisão, atividades que os ajudam a se sentirem ativos, colaborando para o aumento do nível de satisfação apresentado em relação a si mesmos (COELHO; ABREU, 2018).

Os entrevistados relataram ainda que são incentivadas as relações sociais dentro da ILPI, pois é uma maneira de enfrentar a tristeza, solidão e, principalmente, o abandono dos familiares, já que existem casos em que os idosos passam meses sem receber visitas, fazendo com que eles estreitem os laços com os demais idosos e funcionários da instituição (COELHO; ABREU, 2018).

Araujo et al. (2010) realizou um estudo em uma ILPI do Vale do Paraíba que demonstrou o baixo nível cognitivo e de escolaridade dos institucionalizados, além dos vários anos de internação, solteiros, profissão autodeclarada “do lar”, sedentários e que preferem assistir à TV e ouvir músicas. Em divergência com os outros estudos, notou-se a presença equilibrada de homens e mulheres, que apresentam 50% de permanência cada um. Notou-se também que o percentual de idosos sedentários é bastante superior aos outros estudos analisados, chegando a 94,7%, isso justificado pelo fato de alegarem falta de coragem, e a incerteza de que a atividade física realmente faria bem a sua saúde. Na instituição analisada, a maioria dos idosos (63,1%) relataram que o lazer preferido é assistir TV.

Diante dessa questão, decidiu-se fazer uma análise do tipo de mobilidade desses idosos e pode-se observar que 23,6% usam cadeira de rodas, 7,8% fazem uso de andadores, 13,1% utilizam bengalas e 2,68% utiliza muleta, demonstrando que quando é realizada alguma atividade física esses números são menores. O autor relata ainda que, mesmo diante das dificuldades de capacidade funcional, limitação por aspectos físicos, dor, estado geral de saúde, vitalidade, aspectos sociais, aspectos emocionais e saúde mental 44,7% idosos entrevistados consideram sua qualidade de vida boa (ARAUJO et al., 2010).

Vitorino, Paskulin e Vianna (2012) foi verificado a qualidade de vida dos idosos em duas instituições em Pouso Alegre e Santa Rita do Sapucaí, Minas Gerais. Segundo os resultados apresentados, a média de idade dos residentes nas entidades é de 76,6 anos, e assim como no estudo de Araújo et al, houve equilíbrio quanto ao sexo, sendo que 50,6% eram de mulheres. A maioria dos idosos questionados (72,7%) considerou seu estado de saúde como bom ou ótimo. Dos idosos questionados, 51,9% não praticavam qualquer atividade de lazer nas ILPIs.

Conforme resultados apresentados, os idosos que realizavam algum tipo de atividade física apresentaram associação com os domínios físico, psicológico e meio ambiente, demonstrando que a prática de exercícios físicos colabora com a melhora da QV dos idosos, pois ajudam a manter maior vigor e energia para as atividades diárias, diminuição das incapacidades motoras e ainda proporcionando melhora na autonomia. Para os entrevistados, as atividades de lazer e convivência em grupos também colaboram para o

equilíbrio biopsicossocial. Os idosos apontaram a importância das atividades sociais e de lazer para a QV, pois desenvolvem a participação em grupos, nos passeios, pescas, danças, que são atividades essenciais para a manutenção da QV, uma vez que faz com que mantenham contato com outras pessoas e ambientes, desenvolvendo a percepção de serem integrantes da sociedade (VITORINO; PASKULIN; VIANNA, 2012).

Queiroz (2010) fez um estudo em uma ILPI de Vila Vicentina, onde foram analisados alguns aspectos físicos dos institucionalizados a fim de avaliar a saúde deles. Encontrou-se uma prevalência de 60% dos idosos com algum tipo de doença crônica, onde a hipertensão foi relatada pela maioria com 42%, seguida de colesterol alto 17%, labirintite 17%, osteoporose 8%, gastrite 8% e reumatismo 8%. Quando o quesito foi a prática de atividades físicas, 80% dos entrevistados na pesquisa afirmaram realizar atividades regularmente. Desses, 55% disseram praticar alguma atividade semanalmente, 36% afirmaram que, além de participarem das aulas de ginástica, praticam caminhada, e 9% fazem atividades de fisioterapia em função de problemas de saúde (QUEIROZ, 2010).

Quando questionados sobre a percepção sobre sua QV, a maioria dos idosos entrevistados autoavaliaram suas vidas como possuindo qualidade boa ou ótima, mesmo quando mencionaram pontos negativos. Segundo a autora, essa avaliação se dá pelo fato desses idosos serem responsáveis pela própria vida, mantendo ainda um alto grau de autonomia, o que está diretamente ligado com a presença de sentimentos positivos para com a vida (QUEIROZ, 2010).

Como pode-se observar, todos os autores notaram que existe uma importância na prática de algum tipo de atividade, seja física ou de lazer, para a elevação do nível de qualidade de vida dos idosos, uma vez que esse hábito auxilia no aumento da capacidade física e mental dos idosos.

4 Considerações Finais

O avanço na quantidade de idosos é uma questão que merece ser examinada com muita atenção, pois trata-se de uma população que já contribuiu consideravelmente em todos os aspectos da sociedade. É preciso um interesse constante em atender melhor às necessidades dessas pessoas, considerando as características demográficas, sociais, econômicas e de saúde do país. À vista disso buscou-se, por intermédio do presente trabalho, desenvolver uma pesquisa para averiguar a qualidade de vida dos idosos institucionalizados.

A partir de publicações a respeito do assunto, notou-se que são vários os motivos que levam os idosos a decidir trocar o ambiente familiar por uma instituição de longa permanência. Normalmente quando decidem efetuar essa mudança, as condições de vida e

saúde desses idosos já estão limitadas, dificultando a realização das atividades diárias básicas. Assim, transferir-se para essas instituições passa a ser uma escolha própria ou até imposição da família.

Na maioria dos trabalhos analisados, observou-se que o quesito qualidade de vida é bastante abalizado entre as instituições, visto que a maioria das ILPIs promovem algum tipo de atividade que auxilia na elevação da condição de vida dos velhinhos. Apurou-se também que a QV dos idosos institucionalizados é influenciada positivamente pelos serviços prestados pelas ILPIs, sejam relacionadas as celebrações religiosas, ajuda na realização de atividades diárias, durante as interações sociais e práticas de atividades.

Para considerar o nível de qualidade de vida atual, os idosos se baseiam fazendo uma comparação entre a instituição em que vivem e sua realidade na antiga moradia. Assim, para que considerem que tem uma qualidade de vida satisfatória, eles analisam se o ambiente é limpo, se a alimentação é adequada e as oportunidades que tem de participar de algum evento.

Ante o exposto, conclui-se que os idosos que moram nas ILPIs e que são ativos apresentam maior domínio sobre sua autonomia, o que para eles é um indicativo importante de qualidade de vida. Eles consideram ainda que essa independência é consequência das atividades que eles desenvolvem, que são bastante prazerosas e que não tinham como desenvolvê-las na casa de seus familiares ou sem algum acompanhamento.

Ficou demonstrado que para alcançar a qualidade de vida almejada pelos idosos são indispensáveis que eles alcancem capacidade funcional, sem limitações de aspectos físicos, um bom estado de saúde, aspectos sociais, aspectos emocionais e psicológicos. Assim, é imprescindível a qualificação dos profissionais que trabalham diretamente com os idosos institucionalizados para que possam desenvolver estratégias pertinentes buscando proporcionar adaptação, ajustamento e manutenção da QV desses idosos.

A vista disso, como sugestão de futuros trabalhos sobre o tema, propõe-se a execução de consensos atuais sobre a promoção da prática de atividades físicas aos idosos residentes em ILPIs, pois um estilo de vida ativo é uma estratégia eficaz de promoção da saúde, funcionalidade, autonomia e melhor qualidade de vida dos idosos.

Referências

ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária). **Resolução RDC nº 283**. 26 de setembro de 2005 - Diário Oficial da União. Poder Executivo, de 27 de setembro de 2005. Disponível em: <http://sbgg.org.br/wp-content/uploads/2014/10/rdc-283-2005.pdf>. Acesso em: 20 Jul. 2020..

ALMEIDA, A.J.P.S. **A Pessoa Idosa institucionalizada em Lares: Aspectos e contextos da Qualidade de Vida**. 2008. 275 f. Dissertação (Mestrado). Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar - Universidade do Porto. Porto – PT, 2008. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/7218/3/Tese%20final%20II.pdf>. Acesso em: 17 Jul. 2020

ARAUJO, C.L.O; ONOFRE, A.A; SILVA, E.T; PENA, M.V.D. Qualidade de vida de idosos institucionalizados. **Caderno Temático Kairós Gerontologia**, v. 08, p. 35-44, 2010. Disponível em: <http://ken.pucsp.br/kairos/article/download/6913/5005>. Acesso em: 15 Jul. 2020.

BARBOSA, B.R.; ALMEIDA J.M.; BARBOSA, M.R.; BARBOSA-ROSSI, L.A.R. Avaliação da capacidade funcional dos idosos e fatores associados à incapacidade. **Revista Ciência e Saúde Coletiva**, v. 19, n. 8, p. 3317-3325, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/csc/2014.v19n8/3317-3325/pt/>. Acesso em: 16 Jul. 2020.

BORN, T. O cuidador familiar da pessoa idosa. in: **Cuidar melhor e evitar a violência: Manual do cuidador da pessoa idosa**, p. 59-63. Brasília - DF: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Subsecretaria de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos, 2008.

BRANDÃO, V.C.; ZATT, G.B. Percepção de idosos, moradores de uma instituição de longa permanência de um município do interior do Rio Grande do Sul, sobre qualidade de vida. **Aletheia**, n. 46, p. 90-102, 2015. Disponível em: <http://www.periodicos.ulbra.br/index.php/aletheia/article/view/3234>. Acesso em: 16 Jul. 2020.

CAMARANO, A.A; MELLO, J.L. Cuidados de longa duração no Brasil: O arcabouço legal e as ações governamentais. in: Camarano, AA. **Cuidados de longa duração para a população idosa: Um novo risco social a ser assumido?** Rio de Janeiro: Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2010, p. 67-92. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/3206>. Acesso em: 20 Jul. 2020.

CAMARANO, A.A; PASINATO, M.T. O ENVELHECIMENTO POPULACIONAL NA AGENDA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS. in: IPEA. **Os Novos Idosos Brasileiros: Muito Além dos 60?** Rio de Janeiro: IPEA, cap. 08, 2004, p. 261-292. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/Arq_16_Cap_08.pdf . Acesso em: 19 Jul. 2020.

CARNEIRO, L.C. **Religiosidade e qualidade de vida em idosos institucionalizados**. 2009.104 f. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/handle/tede/4210>. Acesso em: 17 Jul. 2020.

CARVALHO, J.A.M; GARCIA, R.A. Enfoque demográfico do envelhecimento da população. **Caderno de Saúde Pública**, v. 19, n. 03, p. 725-733, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.org/pdf/csp/2003.v19n3/725-733/pt>. Acesso em: 20 Jul. 2020.

CHAIMOWICZ, F; GRECO, D.B. Dinâmica da institucionalização de idosos em Belo Horizonte, Brasil. **Revista de Saúde Pública**, v. 33 n. 05, p. 454-460, 1999. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-89101999000500004&script=sci_arttext. Acesso em: 18 Jul. 2020.

COELHO, P.F.C; ABREU, N.R. Qualidade de vida subjetiva em instituições de longa permanência para idosos. **Revista Administração em Diálogo**, v. 20, n. 03, p. 69-88, 2018. Disponível em: <http://ken.pucsp.br/rad/article/view/37189>. Acesso em: 20 Jul. 2020.

CORDEIRO, L.M; PAULINO, J.L; BESSA, M.E; BORGES, C.L; LEITE, S.F. Qualidade de vida do idoso fragilizado e institucionalizado. **Acta Paulista de Enfermagem**, v. 28, n. 04, p. 361-366, 2015. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3070/307040999012.pdf>. Acesso em: 18 Jul. 2020.

CRUZ, D.T; CAETANO, V.C; LEITE, I.C.G. Envelhecimento populacional e bases legais da atenção à saúde do idoso. **Caderno Saúde Coletiva**, v. 18, n. 04, p. 500-508, 2010. Disponível em: http://www.cadernos.iesc.ufrj.br/cadernos/images/csc/2010_4/artigos/CSC_v18n4_500-508.pdf. Acesso em: 20 Jul. 2020.

DEL-DUKA, G.F.; SILVA, G.; THUME, E; SANTOS, I.S.; HALLAL, P.C. Indicadores da institucionalização de idosos: estudo de casos e controle. **Revista Saúde Pública**, v. 46, n. 01, p. 147-153, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/rsp/2012.v46n1/147-153/>. Acesso em: 16 Jul. 2020.

DIAS, D.S.G.; CARVALHO, C.S.; ARAÚJO, C.V. Comparação da percepção subjetiva de qualidade de vida e bem-estar de idosos que vivem sozinhos, com a família e institucionalizados. **Revista Brasileira Geriatria Gerontologia**, v. 16, n. 01, p. 127-138, 2013. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1809-98232013000100013&script=sci_arttext. Acesso em: 15 Jul. 2020.

GUTIERRES-FILHO, P.J.B; et al. Qualidade de vida de idosos com deficiência e prática de atividade física em instituições de longa permanência. **Revista Brasileira Geriatria Gerontologia**, v. 17, n. 01, p. 141-151, 2014. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/4038/403838834014.pdf>. Acesso em: 17 Jul. 2020.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). **Número de idosos cresce 18% em 5 anos e ultrapassa 30 milhões em 2017**. 2018. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/20980-numero-de-idosos-cresce-18-em-5-anos-e-ultrapassa-30-milhoes-em-2017>. Acesso em 10 Jul. 2020.

KHOURY, H.T.; SÁ-NEVES, A.C. c. **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia**, v. 17, n. 3, p. 553-565, 2014. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1809-98232014000300553&script=sci_arttext&lng=pt. Acesso em: 15 Jul. 2020

LACERDA, T.T.B; et al. Caracterização das Instituições de longa permanência para idosos da região metropolitana de Belo Horizonte. **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia**, v. 20, n. 06, p. 743-754, 2017. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1809-98232017000600743&script=sci_arttext&lng=pt. Acesso em: 17 Jul. 2020.

LEHN, F; COELHO, H.D.S; GARCIA, M.T; SCABAR, L.F. Estado nutricional de idosos em uma instituição de longa permanência. **Journal Of Health Sciences Institute**, v. 30, n. 01, p. 53-58, 2012. Disponível em: https://www.unip.br/presencial/comunicacao/publicacoes/ics/edicoes/2012/01_jan-mar/V30_n1_2011_p53-58.pdf. Acesso em: 17 Jul. 2020.

LINI, E.V; PORTELLA, M.R; DORING, M. Fatores associados à institucionalização de idosos: estudo caso-controle. **Revista Brasileira Geriatria Gerontologia**, v. 19, n. 06, p. 1004-1014, 2016. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/4038/403849869013.pdf>. Acesso em: 18 Jul. 2020.

NASRI, F. O envelhecimento populacional no Brasil. **Revista Einstein**, v. 06, Supl 1, p. S4-S6, 2008. Disponível em: <http://apps.einstein.br/revista/arquivos/PDF/833-Einstein%20Suplemento%20v6n1%20pS4-6.pdf> Acesso em: 19 Jul. 2020.

NUNES, V.M.A; MENEZES, R.M.P; ALCHIERI, J.C. Avaliação da qualidade de vida em idosos institucionalizados no município de Natal, Estado do Rio Grande do Norte. **Acta Scientiarum Health Sciences**, v. 32, n. 02, p. 119-126, 2010. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3072/307226627002.pdf>. Acesso em 17 Jul. 2020.

PERLINI, N.M.O.G; LEITE, M.T; FURINI, A.C. Em busca de uma instituição para a pessoa idosa morar: motivos apontados por familiares. **Revista Escola de Enfermagem - USP**, v. 41, n. 02, p. 229-236. 2007. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0080-62342007000200008&script=sci_arttext. Acesso em: 18 Jul. 2020.

QUEIROZ, G.A. **Qualidade de vida em instituições de longa permanência para idosos: considerações a partir de um modelo alternativo de assistência**. 2010. 164 f. Dissertação (Mestrado). Programa de Mestrado em Psicologia - Universidade Federal de São João del-Rei. São João del-Rei, 2010. Disponível em: https://www.ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/mestradopsicologia/Selecao%202015/Dissertacao_Gleicimara%20.pdf. Acesso em: 19 Jul. 2020.

ROLIM, F.S. **Atividade física e os domínios da qualidade de vida e do autoconhecimento no processo de envelhecimento**. 2005. 84 f. Dissertação (Mestrado). Centro de Ciências da Saúde – Universidade Estadual de Campinas. São Paulo, 2005. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/274927>. Acesso em: 15 Jul. 2020.

SILVA, J.D.A; COMIN, F.S; SANTOS, M.A. Idosos em Instituições de Longa Permanência: Desenvolvimento, Condições de Vida e Saúde. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 26, n. 04, p. 820-830, 2013. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/188/18829751023.pdf>. Acesso em: 18 Jul. 2020.

VITORINO, L.M; PASKULIN, L.M.G; VIANNA, L.A.C. Qualidade de vida de idosos da comunidade e de instituições de longa permanência: estudo comparativo. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, v. 21, Ed. Especial, 2013. Disponível em: <http://www.periodicos.usp.br/rlae/article/view/52920>. Acesso em: 20 Jul. 2020.

WATANADE, H.A.W; GIOVANNI, V.M.D. Instituições de longa permanência para idosos (ILPI). **Boletim do Instituto de Saúde**, n. 47, p. 69-71, 2009. Disponível em: http://periodicos.ses.sp.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-18122009000200018&lng=es&nrm=iso&tlng=es. Acesso em: 18 Jul. 2020.